



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681483 - SP (2021/0227492-0)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : GABRIEL DE PAULA SILVEIRA  
**ADVOGADO** : GABRIEL DE PAULA SILVEIRA - SP384798  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JHONATAN WILLIAM ROCHA (PRESO)  
**CORRÉU** : GUILHERME JARDIM CAVALCANTE LOURENCO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JHONATAN WILLIAM ROCHA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2122530-40.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, sobrevivendo decisão que converteu a custódia em preventiva.

O impetrante sustenta que o decreto constitutivo carceraria de fundamentação idônea, estando lastreado na gravidade abstrata do delito imputado ao acusado.

Alega que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas, notadamente diante da pandemia de COVID-19, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva do paciente por medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente (fls. 435-444):

[...]

*No caso em tela, há evidências bastantes de autoria e materialidade.*

*Apenas para permitir o entendimento da situação fática delineada, consta da denúncia (fls.232/236) que “no dia 10/03/2021, por volta das 15:00 horas, na AVENIDA NAÇÕES UNIDAS, 44020 - NUCLEO RES PRES GEISEL, na cidade e comarca de Bauru, os autuados **JHONATAN WILLIAM ROCHA** e **GUILHERME JARDIM CAVALCANTE LOURENÇO**, em concurso de pessoas, traziam consigo e transportavam droga, consistente em 943.81 gramas de maconha, em 02 porções, sem autorização ou em*

desacordo com determinação legal ou regulamentar, para fins de tráfico, conforme laudo de constatação provisório acostado às folhas 27/32.”

*Trata-se, por óbvio, de quantidade de entorpecente absolutamente superior ao normalmente necessário para o uso momentâneo.*

*Ademais, a quantidade exacerbada de entorpecente indica, inclusive, perspectiva de profissionalismo, pois, na maioria das vezes, corresponde ao intuito de ampliar o espectro de possíveis compradores.*

*É certo que o fato, em tese praticado pelo paciente, extravasou as elementares do tipo penal, bem como a pena prevista ultrapassa quatro de reclusão, o que permite a decretação da prisão preventiva (medida de exceção), preenchendo o requisito previsto no artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.*

*Ressalto que é incabível a liberdade porque estão presentes os pressupostos da prisão preventiva, conforme já fundamentado na decisão que a decretou.*

*Ao contrário do sustentado pelo douto Advogado, a necessidade da prisão foi devidamente fundamentada na decisão. Justificou-se que o caso é grave porque foram apreendidas porções consideráveis de entorpecentes, a indicar periculosidade e possibilidade concreta da reiteração da conduta delitiva caso seja posto em liberdade. Isso porque ninguém começa traficando uma quantia destas, a sugerir possível reiteração da conduta.*

*[...]*

*Ademais, reputo presente no caso o fundamento da necessidade da prisão cautelar sob o fundamento da garantia da ordem pública, contido no art. 312 do Código de Processo Penal.*

*Não é suficiente a demonstração de bons antecedentes e residência fixa definida por parte do agente do delito para a obtenção da liberdade, pois ela já ostentava tais condições quando teria se envolvido nesse fato de tamanha gravidade (STJ, Recurso Ordinário em Habeas Corpus n.º 7750/MG, Quinta Turma, rel. Min. Edson Vidigal, j. 18.08.1998).*

*Assim, não é possível descartar, de plano, no apertado âmbito deste writ, a perspectiva, em tese, de intuito deliberado de mercancia ilícita de entorpecentes e de que haja dedicação ao delito como prática econômica. Logo, justifica-se a medida prisional para coarctar o exercício da traficância, de tão nefastas consequências sociais, de modo a garantir, assim, a ordem pública.*

*Com efeito, apesar dos argumentos lançados na impetração, na presente hipótese concreta a configuração dos requisitos demonstrativos do cabimento da medida prisional está evidenciada, como demonstrado, inclusive, pela decisão do Juízo a quo, que proferiu fundamentadamente a r. decisão combatida descendo às peculiaridades do caso*

*concreto(fls.74/78): “[...]Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos colacionados no auto de prisão em flagrante, verifica-se que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, assim como finalidade da mercancia, especialmente considerando a quantidade de entorpecentes (943,81 gramas de maconha), confirmada pelo laudo de constatação provisória de fls. 27/32.[...] Verifica-se o fumus comissi delicti auto de prisão em flagrante, do boletim de ocorrência, do auto de exibição e apreensão, do laudo de constatação provisória, dos depoimentos dos policiais e demais documentos constantes dos autos. Também está presente o periculum libertatis, por força da gravidade concreta do delito, evidenciada pela elevada quantidade de entorpecentes apreendida, uma vez que, segundo consta do laudo de constatação, foram apreendidos 943,81 gramas de maconha no veículo ocupado pelos autuados,[...] Em relação a Guilherme, as condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não constituem óbice à prisão preventiva. A propósito, Guilherme de Souza Nucci:“O fato de o agente ser primário, não ostentar antecedentes e ter residência fixa não o levam a conseguir um alvará permanente de impunidade, livrando- se da prisão cautelar, visto ter esta outros fundamentos. A garantia da ordem pública e da ordem econômica, bem como a conveniência da instrução criminal e do assecuramento da aplicação da lei penal fazem com que o juiz tenha base para segregar de imediato o autor da infração penal grave” (Código de Processo Penal Comentado, 11ª ed., RT, pp. 671/672, n. 27).[...] Nestes termos, considerando a gravidade em concreto do crime e as circunstâncias fáticas acima narradas, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva mostra-se de rigor.”*

*No presente caso, os indícios de autoria são robustos e a materialidade está estampada pelo laudo de constatação acostado. Não se verifica, pelas circunstâncias do fato e quantidade de entorpecentes apreendidos, tratar-se o paciente de mero usuário de drogas, razão pela qual a constrição cautelar, neste momento, se revela necessária.*

*Nítido, ademais, que a medida prisional não carece de fundamentos, sendo sobejamente sabido que na fase processual em apreço cabe que o magistrado se mantenha relativamente sucinto, reservando considerações extensas e aprofundadas para o momento do julgamento do feito.*

*Verifico ainda, que o Juízo a quo, analisou recentemente a prisão do paciente, nos termos do artigo 316 do Código de Processo Penal, indeferindo-a e fundamentando a decisão(fls.390/394) nos seguintes termos: “A decisão que decretou a prisão preventiva é permeada pela cláusula rebus sic*

stantibus, que legitima o pronunciamento judicial, de acordo com os efeitos propagados do fato até então. Observa-se que o quadro fático em nada se alterou, e ainda estão presentes os fundamentos da prisão preventiva, mormente a necessidade de garantir a ordem pública, conveniência da instrução penal e para assegurar a aplicação da lei penal, havendo nos autos indícios da comercialização ilegal de entorpecentes. Deste modo, verifica-se que não é o caso de revogação da prisão preventiva. O delito imputado ao réu é gravíssimo, havendo prova da materialidade e indícios de autoria do delito de tráfico de entorpecentes, além de que, foi apreendida grande quantidade de droga, sendo insuficiente a imposição de medidas cautelares. Também, verifica-se que está presente o requisito previsto no artigo 313, I do CPP, eis que a pena privativa de liberdade prevista para o delito de tráfico de drogas é superior a 04 (quatro) anos. Quanto ao fato do alegada primariedade do réu Guilherme, como requerido pela Defesa, reafirmo o constante na decisão de fls 333/336, na qual onde, conforme entendimento consolidado nos Tribunais Superiores, verificou-se que primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si só, não autorizam a concessão da liberdade provisória, sendo de rigor a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública, considerando as circunstâncias do caso concreto, evidenciado pela grande quantidade de entorpecentes apreendidos. As demais teses trazidas pela defesa, inclusive, de que o réu GUILHERME, caso condenado preencha os requisitos previstos no parágrafo quarto, do artigo 33 da Lei 11.343/06, dizem respeito ao mérito e serão analisadas no momento oportuno. Desta forma, é o caso da manutenção das prisões preventivas. [...] Ante o exposto, presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, não é o caso de acolhimento do pedido de concessão da liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares ao réu GUILMERME JARDIM CAVALCANTE, nos termos dos artigos 311 a 315 do CPP, e em cumprimento ao artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, mantém-se à prisão preventiva dos réus JHONATAN WILLIAN ROCHA e GUILHERME JARDIM CAVALCANTE”

*Quanto a questões referentes ao mérito da ação penal, trata-se de matéria a ser analisada por ocasião da prolação da sentença, pelo magistrado de primeiro grau, após concluída a colheita de elementos de convicção ao longo da instrução processual.*

*No presente ensejo, o que efetivamente se tem é o preenchimento dos requisitos exigidos para decretação e manutenção do encarceramento cautelar do paciente.*

*Por fim, diante das circunstâncias peculiares do caso*

*concreto, que demonstram a gravidade da conduta específica imputada ao paciente, bem como da situação em que flagrado, é certo que outras medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal se mostram insuficientes neste momento e em face dos elementos trazidos aos autos.*  
[...]

Ademais, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, o impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fl. 443):

*Por fim, não se desconhece que o Conselho Nacional de Justiça recomendou aos tribunais e juízes de todo o país a possibilidade de revogação de prisões provisórias de mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco, ou ainda aqueles que cometeram crimes sem violência ou grave ameaça. Tudo com vistas a diminuir o contágio pelo Coronavírus em presídios.*

*Outrossim, não há nenhum elemento que demonstre impossibilidade de receber eventual tratamento no centro de detenção provisória no qual está recolhido, caso precise, afastando-se, portanto, a necessidade de concessão excepcional de liberdade provisória fundada em risco à sua saúde.*

*Importante ressaltar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal não referendou a decisão liminar da ADPF 347.*

*Segundo decisão da Corte, os juízes do país devem seguir as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apesar de o crime não ter sido cometido com violência ou grave ameaça, importante ressaltar que o tráfico de drogas é equiparado aos crimes hediondos.*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência